

## UMBANDA: EDUCAÇÃO PARA A PAZ RELIGIOSA PELA DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA

Nathália de Moraes Dias<sup>1</sup>  
Josué Humberto Barbosa<sup>2</sup>

### RESUMO

Neste artigo, são apresentadas e analisadas as questões transversais sobre a diversidade religiosa, com o objetivo de defender a laicidade no ensino público e o multiculturalismo. A partir dessas análises, propomos a compreensão das expressões religiosas como parte da cultura, em que ambas se desenvolvem em mútua influência. Enfocando as perspectivas dessa compreensão para o ensino da cultura afro-brasileira na escola, analisamos as relações entre cultura e religião a partir da teoria e metodologia da Antropologia Cultural de Clifford Geertz, desenvolvidas na obra *A Interpretação das Culturas*. Portanto, trata-se de análises sob o viés antropológico, integrando história e sociedade, para compreender os valores e o mundo do outro, como pressuposto para a construção de uma sociedade mais pacífica, promovendo ações que desenvolvam o entendimento da alteridade, da tolerância e do respeito.

**Palavras-chave:** Religião. Cultura. Escola. Umbanda. Educação para a Paz.

### 1 INTRODUÇÃO

A diversidade cultural é intrínseca à formação de nosso país, e as nossas escolas abrangem e representam toda a pluralidade existente, englobando uma infinidade de características étnico-raciais, valores e costumes religiosos, dentre outros.

Buscamos neste artigo, por meio do multiculturalismo crítico, da valorização da religião e das culturas populares, oriundas das camadas mais baixas da sociedade, entrelaçando séculos de história escravocrata e de resistência, analisar a realidade preconceituosa e racista que se imbricam na educação, disseminando a intolerância religiosa.

Os povos que construíram essa nação eram riquíssimos em seus costumes, devido à diversidade cultural existente internamente a cada etnia e, muitos dentre esses costumes, como a culinária, os instrumentos musicais, várias palavras de origem tupi, a capoeira, etc., foram fortemente incorporados positivamente ao cotidiano dos brasileiros. Outros, porém, foram demonizados e deturpados aos olhos dos colonizadores europeus, como as religiões de matriz africana e rituais indígenas.

Em sua magnitude territorial, os povos que aqui viviam, em conjunto com aqueles que vieram posteriormente, ressignificaram muitos aspectos de sua cultura e de sua religiosidade,

---

<sup>1</sup>Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: nathalia.dias@estudante.ufla.br.

<sup>2</sup>Doutor pela Universidad de Salamanca (USAL) e professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

possibilitando o surgimento de novas expressões religiosas, dentre as quais podemos citar a Santidade, primeiro culto sincrético que se tem conhecimento no Brasil (hoje extinto), a Pajelança, o culto à Jurema, Catimbó, Batuque, Tambor-de-Mina, Cabula, Candomblé de Caboclo, Babaçuê, Encantaria, Terecô, Omolokô e a Umbanda. Alguns desses cultos representam a capacidade de resiliência de nossos ancestrais e se mantêm vivos até os dias atuais.

Desta forma, diante da importância que os estudos étnico-religiosos possuem na atualidade, mediante a inserção da Educação Religiosa no currículo escolar, é necessário e urgente realizar uma pesquisa que articulasse educação e a temática da diversidade religiosa e cultural, pois mesmo estando há séculos muito presente no cotidiano dos brasileiros, ainda é fator que implica em forte geração de conflitos.

Por estar envolvida de maneira muito intensa com a Religião de Umbanda, religião brasileira que sofreu fortes influências de grandes potências culturais (indígena, europeia e africana), sendo também sacerdotisa de um Templo Umbandista, me senti instigada a buscar compreender como essas questões culturais e religiosas afetam a vida dos estudantes.

Assim sendo, sob uma visão holística, antropológica e histórica, buscaremos desvelar os aspectos religiosos e culturais disparadores de ações violentas, partindo da realidade atual em busca das suas origens desde o tempo do Brasil Colônia. Objetivamos levantar dados na época do Brasil Colônia, Império e Republicano e, assim, compreender o multiculturalismo nas matrizes históricas culturais brasileiras e analisar como se instalou no Brasil o preconceito velado e maçante à cultura afro-brasileira.

Entretanto, nossa pesquisa também objetiva relacionar os aspectos históricos mediante uma pesquisa documental sobre a intolerância religiosa no Brasil: Análise do Relatório e Balanço do Centro de Populações Marginalizadas. O preconceito étnico e religioso é muito forte e concreto no Brasil, inclusive contra as crianças em processo de formação escolar. A escola, que deveria respeitar e proteger as diferenças culturais, não consegue sequer garantir o livre acesso dessa diversidade incorporada em milhares de crianças. Em conclusão, como uma tentativa de superação da violência ainda atual, também buscar alternativas e amparo legal para a valorização dessa importante diversidade religiosa, compreendida enquanto riqueza cultural e a elaboração de um Plano Nacional de Combate a Intolerância Religiosa

## **2 DIVERSIDADE RELIGIOSA, ESCOLA E CONFLITOS CULTURAIS**

A diversidade religiosa é uma das maiores fontes de conflito no mundo e, ao longo da história, é também um dos fundamentos de toda civilização. A religião e a cultura estão na

origem das relações de significação humana por e para com Deus, ora se associando, ora se distinguindo da natureza, pois essa é, inicialmente, considerada o próprio Deus, que por intermédio de sua beleza e favores, mantém homens e mulheres vivos; mas também os desassocia, na medida em que os humanos passam a significar Deus a partir de experiências pessoais reveladas, que são transcritas e ensinadas aos grupos culturais de origem dessas revelações.

A partir dessas revelações espirituais suprassensíveis, as sociedades se constituem cultural e historicamente, diferenciando-se entre si pelos deuses cultuados, formando religiões espiritualmente organizadas, sejam elas monoteístas ou politeístas, teocêntricas, antropocêntricas ou ecocêntricas, personificadas em um Deus ou em Deuses suprassensíveis, compostos por um espírito trino, espíritos (des)encarnados e/ou incorporados em diferentes espíritos, sejam elas organizadas a partir dos *ânimamundi* – animistas, encontrando Deus em todos os seres vivos.

Por isso, quando as crianças saem do seio familiar para a descoberta de um novo mundo, no ambiente escolar, é comum se depararem com as mais diversas manifestações culturais e expressões religiosas. Nesse momento, devido à intolerância entre as religiões, é que podem surgir apelidos depreciativos, segregações e manifestações preconceituosas contra aqueles que expressam uma cultura ou religião diferente da maioria, principalmente quando se trata das religiões de matriz Africana, pois essas, sofrendo as influências do imaginário coletivo, são associadas às manifestações demoníacas, pejorativamente denominadas de “macumbas” sujas, maléficas, dentre outros muitos aspectos negativos, que foram construídos ao longo dos anos e que se perpetuaram na sociedade brasileira e latino-americana até os dias atuais.

Os povos africanos viviam em tribos, cada qual com suas características e organizações próprias, com cidades autônomas governadas por um Obá ou rei (SPERONI, 2018, p. 27). Dessa maneira, cada povoado possuía sua crença e sua cultura e, muitas vezes, até seu próprio dialeto. Na antiga África, Oxóssi era o rei de Ketu, sendo aquele responsável por todo o conhecimento adquirido na arte da caça. Xangô era o rei Oió, deidade da justiça e dos trovões, e assim sucessivamente, muitos dos Orixás que chegaram ao território brasileiro eram cultuados na África.

O mesmo acontecia com Exu. Sua força e audácia, porém, causaram estranhamentos, quando os viajantes europeus chegaram ao território fon ou ioruba, por volta dos séculos XVIII e XIX. Em suma, descreveram Exu ressaltando os aspectos, que aos olhos dos cristãos ocidentais, seria uma forma excessivamente sexualizada e demoníaca (BRITO et al., 2019, p.

3). Outro aspecto, que contribuiu para demonização, foi o fato de as representações ritualísticas de Exu darem destaque as formas fálicas, que faziam alusão à fertilidade e à vitalidade, algo veementemente condenável aos olhos mais intransigentes. Diversos Orixás foram sincretizados com os Santos Católicos, inclusive o próprio Cristo com Oxalá, dessa forma, para os colonizadores, Exu, o mensageiro, a figura mais ambígua do Panteão Africano, foi vestida com as vestes do demônio católico.

Nos porões dos navios negreiros, feridos em sua cultura e dignidade, os africanos uniram-se em sua dor, conciliaram sua fé e tradições e, aos poucos, os povos que foram escravizados, encontraram no sincretismo de suas divindades com os santos católicos, uma forma de resguardar sua fé, de maneira velada e efetiva, conseguiram que suas tradições, cultura e religiosidade sobrevivessem. Em terras brasileiras, os povos africanos criaram uma atmosfera afro-brasileira, com ressignificações de valores e adaptações de sua religiosidade, como forma de resistências para a perpetuação de sua cultura. Segundo Speroni (2018, p. 28), “somente com a República que o Brasil passou a ser um estado laico, antes disso, a condição de ser católico era essencial para ser aceito”.

Tradicionalmente o termo denominado “religiosidade popular” carregava um forte juízo de valores. Descrevia as massas populares como receptáculos de crenças e valores religiosos sincréticos, porém, sem serem dignos da religião em seu sentido erudito e austero. Comumente delegando às crenças populares o sentido de impuras, supersticiosas, reduzindo-as às credices não valorizadas aos olhos mais “nobres e clericais” (SUZIN, 2016, p. 10). Ainda, na atualidade, renascem no imaginário popular a violência e a fúria do sagrado, por meio de diversas formas fundamentalistas e agressivas fomentadas pelos discursos religiosos.

Portanto, é imprescindível aos educadores que lancem mão de um olhar que valorize a cultura brasileira e não apenas seu aspecto eurocêntrico, pois milhares de crianças e adolescentes são vítimas de racismo e ações preconceituosas por conta dos mais variados aspectos. Exemplificando, é essencial que, desde muito pequenas, as crianças tenham acesso às informações que possam auxiliar na valorização de sua cultura e de sua autoestima.

Ao longo da história da educação brasileira, medidas para a inclusão e respeito às diversidades estão ganhando representação na forma da Lei, como assegura o Referencial Nacional Curricular para a Educação Infantil, que contempla em seu conteúdo a diversidade religiosa, com o intuito de promover uma discussão crítica que equilibre, em sala de aula, estudos sobre o fenômeno religioso e que não faça apologia à determinada denominação religiosa.

Na perspectiva de Wayss (2007, p. 10), o Brasil é um país que possui, além de grande território geográfico, uma grande variedade de expressões culturais que constituem sua nação, assim sendo, incumbe à escola a função de promover o ecumenismo e o respeito às questões culturais religiosas para o conjunto de seu povo.

O ambiente escolar é um espaço privilegiado para a preparação dos estudantes com destino ao convívio em sociedade, visando sempre o respeito às diferenças, sejam elas de qualquer natureza. Os profissionais que atuam no espaço escolar devem estar instruídos de maneira adequada para receber a todos. O papel das escolas é imprescindível no que tange a difundir o conhecimento sobre as mais diversas expressões culturais e religiosas, fomentando, assim, o diálogo e o respeito mútuo.

Em nenhum momento histórico existiu apenas uma religião em todo o mundo. Por sua vez, as expressões de tolerância e convivência não fazem parte da história das religiões, uma vez que muitos conflitos mundo afora ainda são alimentados pelas crenças religiosas. Assim, é possível considerar quantos meninos e meninas estão sofrendo discriminações das mais diversas maneiras, comprometendo seriamente sua própria trajetória e evolução escolar, sobretudo em sua formação espiritual.

Nenhuma tradição religiosa é “total”, nem existe um status de favoritismo de religiões. Conhecer o lugar onde estamos e onde os outros estão em relação à fé e às crenças leva-nos a desenvolver um sentido de proporção no amplo campo das religiões, religiosidades, experiências religiosas - onde todos devem ser ouvidos e respeitados. A diversidade se faz riqueza e deve conduzir à compreensão, respeito, admiração e atitudes pacificadoras (SILVA, 2004, p. 6).

A valorização dos aspectos da cultura popular, por meio das expressões religiosas ou culturais, envolve particularidades que, em tese, possibilitariam aos indivíduos uma formação escolar que não considerasse apenas os conhecimentos sistematizados cientificamente ao longo dos anos, mas sim, uma formação voltada para os sujeitos, para os seres humanos, respeitando-os em suas subjetividades. Desse modo, somente uma escola que aceite e promova atitudes de compreensão poderá realizar.

Nesse sentido, podemos estabelecer uma teoria antropologia histórico-social, para compreender tanto os processos educacionais, contextos em que a diversidade religiosa tem motivado a intolerância entre profissões de fé, bem como os caminhos e princípios que poderiam, ao contrário, promover a paz entre as religiões. Enfim, uma teoria para orientar a convivência entre diversidade religiosa, escola e conflitos culturais.

Portanto, o referencial teórico compreende a antropologia como uma prática de educação e vice-versa, uma vez que a educação somente é possível como prática

antropológica, pois além de fornecer uma explicação sobre as representações da alteridade e/ou as práticas do “outro”, é uma forma de produção de sentido a partir das experiências vividas cotidianamente.

Quando defendemos a liberdade e as demandas políticas a ela inerentes; os direitos humanos, sociais, políticos e civis da classe trabalhadora; a ampliação, consolidação e aprofundamento da cidadania, da democracia e da socialização da política; a garantia do pluralismo e o incentivo do respeito à diversidade; e, principalmente, a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças, portanto, dizemos que precisamos valorizar e legitimar este aspecto da cultura popular, pois numa sociedade capitalista alienante, a religião é necessária como estratégia de sobrevivência e resistência (JARDIM, 2017, p. 12).

Essa compreensão especifica sua vocação multidisciplinar, que objetiva compreender homens e mulheres em sua totalidade, social, político, econômico e, sobretudo, religiosamente, atentando para as dimensões espirituais e transcendentais e para explicações ontológicas sobre nossa presença nesse mundo, seja sobre a essência do ser, para Husserl, seja sobre o ser no mundo, para Heidegger, ambas a partir de uma visão fenomenológica.

Em síntese, uma vez que a especificidade da antropologia reside no trabalho de campo social, apreendendo os significados que as pessoas atribuem às suas próprias ações e, em nosso caso, as interpretações das ações religiosas apreendidas em pesquisas publicadas, aqui adotamos seus referenciais para análises qualitativas construídas historicamente no contexto da diversidade cultural brasileira, para explicar encontros e desencontros, violência e paz.<sup>3</sup>

Em conclusão, consideramos os estudantes mediante uma visão holística, a qual possibilita contribuir de forma significativa para sua formação integral, pois propicia a oportunidade de ponderar os pensamentos dos colegas, se inserindo contextualmente e conjuntamente com todos no lugar coletivo que é a escola, para assim construir uma relação de convivência de respeito às manifestações culturais e religiosas.

### **3 METODOLOGIAS PARA COMPREENDER A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**

Para a compreensão da intolerância religiosa no Brasil e dos princípios histórico-educacionais da Umbanda, com vistas a orientar ações educacionais para a paz nas escolas, desenvolvemos duas coletas de dados distintas no documento denominado de: “Relatório e

---

<sup>3</sup>Gilmar Rocha e Sandra Pereira Tosta. *Antropologia & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 17-8; Menga Lüdke e Marli André. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986, p. 12; José Ferrater Mora. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 1998, pp. 523-32.

Balço sobre intolerância religiosa do Centro de Populações Marginalizadas”. Esses dados tornaram-se a base das informações que foram submetidas à análise de conteúdo sobre a intolerância religiosa no Brasil.

Metodologicamente, a análise de conteúdo, de texto e/ou discurso pode ser compreendida da seguinte forma:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até à extração de estruturas traduzíveis em modelos- é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor [1] da objetividade e [2] da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de «desocultação», responde a esta atitude de *voyeur* de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico (BARDIN, 2002, p. 9).

Portanto, as análises sobre a intolerância religiosa e as propostas de uma educação para a paz resultam de uma construção de significados sobre textos e/ou discursos em obras de referência sobre a questão da religião, pesquisa qualitativa de um tema transversal que perpassa as disciplinas escolares, bem como sobre o documento-base para análise de dados sobre a violência religiosa no Brasil, destacando os dados quantitativos, sob uma análise qualitativa, e dados históricos e atuais explicativos das práticas da Umbanda no Brasil.

Assim sendo, a metodologia de pesquisa antropológica e histórico-social sobre as práticas religiosas na escola foi realizada a partir de uma Pesquisa Documental, com análise de conteúdo, sobre o relatório e balanço da Intolerância Religiosa no Brasil, publicado pelo Centro das Populações Marginalizadas em 2016.

O relatório e o pré-relatório sobre intolerância religiosa no Brasil são frutos da parceria de pesquisas entre os interlocutores e pesquisadores da Comissão de Combate a Intolerância Religiosa (CCIR), do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) e o Laboratório de História das Experiências Religiosas (LHER) do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SANTOS et al., 2016, p. 7).

A Secretaria de Direitos Humanos, em nível nacional, revela, a partir de denúncias de discriminação, que de 2011 a dezembro de 2015 foram registrados 697 casos, por meio do instrumento DISQUE 100, criado com o objetivo de dimensionar a quantidade de denúncias de prática de discriminação (SANTOS et al., 2016, p. 23).

Dessa forma, o relatório apresenta os principais atores das ações violentas, sejam eles vítimas ou agressores, bem como a maneira pela qual as agressões se desdobram. Ainda são fornecidos dados dos principais grupos que sofrem intolerância religiosa no Brasil.

### **3.1 Análise qualitativa e quantitativa da intolerância religiosa no Brasil: 2011-2015**

A análise qualitativa sobre os dados quantitativos incidu sobre sete (07) aspectos levantados no relatório sobre a intolerância religiosa no Brasil, são eles:

- Distribuição do número de denúncias nas Unidades da Federação, com mais de dez ocorrências, período de 2011 a 2015, Brasil (Anexo-Gráfico 1);
- Distribuição percentual do tipo de atendimentos prestados pela CEPLIR, entre o período de abril de 2012 a agosto de 2015 e de setembro a dezembro de 2015, estado do Rio de Janeiro, Brasil (Anexo-Gráfico 2);
- Vítimas por etnia e religião (Anexo-Gráfico 3);
- Vítimas por Grupo Socioetários (GSE), de 2011 a 2015, Brasil (Anexo-Gráfico 4);
- Vítimas por raça/cor, de 2011 a 2015, Brasil (Anexo-Gráfico 5);
- Vítimas por sexo, de 2011 a 2015, Brasil (Anexo-Gráfico 6);
- Vítimas por orientação sexual, de 2011 a 2015, Brasil (Anexo-Gráfico 7);
- Principais tipos de suspeitos/agressores, de 2011 a 2015, Brasil (Anexo-Gráfico 8);

A seguir, apresentamos os resultados encontrados e publicados pelo relatório, de acordo com a sequência acima e em forma de gráficos nos anexos.

No gráfico-1, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), em nível nacional, revela que, a partir de denúncias de discriminação coletadas por meio do canal DISQUE 100, que de 2011 a 10 de dezembro de 2015 foram registrados, no decorrer deste período, 697 casos. Liderando o *ranking* das denúncias, aparecem os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (SANTOS et al., 2016, p. 23).

Por sua vez, no gráfico-2, a Comissão de Combate a Intolerância Religiosa – CCIR, no período de 2008 a 2014, registrou 57 denúncias. Ressalta-se que as religiões afro-brasileiras foram as que tiveram o maior número de ocorrências, 15 (quinze), correspondente a 13% das denúncias (SANTOS et al., 2016, p. 26).

No aspecto que envolve as vítimas por etnia e religião, os mulçumanos representam 32% das denúncias e os candomblecistas representam 30%. Os muçulmanos aparecem com

um número muito expressivo de casos registrados como alvos da intolerância religiosa, evidenciado no gráfico-3. Fato esse, que pode estar ligado ao senso comum, que ficou altamente sensibilizado após o ocorrido de 11 de setembro, o atentado contra as torres gêmeas nos Estados Unidos da América, com a repercussão mundial ocasionada.

Outro fator que poderia motivar esses atos discriminatórios seria o de que a sociedade brasileira é, em sua maioria, cristã, o que implica na geração de conflitos contra aqueles que não são cristãos. Dessa maneira, candomblecistas representam uma grande parcela das vítimas, talvez ainda motivados por uma necessidade que pode ser consciente ou, até mesmo, inconsciente de converter o maior número possível de fiéis. Porém, todos os grupos religiosos e não religiosos são vítimas de agressões.

Se lançarmos um olhar sobre a perspectiva das vítimas por grupos socioetários, como consta no gráfico-4, o fato de crianças e adolescentes, representando vítimas das agressões na lista, possibilita refletirmos sobre quem está desempenhando o papel de agressor. Observa-se que aqueles que deveriam ser amparados e instruídos estão sendo acuados e submetidos à violência.

Outro ângulo das denúncias, que merece ser analisado, consta no gráfico-5, é o fato de que, quando se acrescenta a dimensão cor/raça, existem três grupos que se sobressaem: brancos, pardos e negros. Pardos e negros representam por volta de 34,66% dos casos, sendo esse número superior aos dos brancos, que correspondem a 22,38% (SANTOS et al., 2016, p. 29). Os brancos, apesar de representarem uma parcela menor dos casos de racismo religioso, não estão isentos, pois em sua maioria, ao comungarem de religiões afro-brasileiras, passam a ser alvos dessa violência.

No gráfico-6 pode-se observar que homens e mulheres aparecem praticamente na mesma proporção até o ano de 2013, já em 2014 ocorre uma crescente nas vítimas do sexo masculino.

Ao examinar o gráfico-7, outro grupo, que é alvo das intolerâncias religiosas, é os LGBT. Isso também demonstra uma faceta de nossa sociedade, extremamente machista e conservadora. Há muito tempo existe uma falsa moral religiosa que se mostra radical contra a homossexualidade, afirmando que deve ser combatida. Porém, algumas religiões como a Umbanda e o Candomblé não compartilham desse posicionamento, pois partem do pressuposto de que todas as pessoas devem ser recebidas de maneira igualitária, independentemente de sua sexualidade, gênero, etc.

Com relação ao perfil dos agressores, no gráfico-8, os grupos dominantes de suspeitos e agressores são os vizinhos, que correspondem a cerca de 26,94%. Posteriormente, em menor

proporção, existem outros perfis que merecem atenção: o primeiro deles é os professores (4,9%); as mães (3,93%); e os empregadores (2,24%). Mesmo que em menor número, o fato desses atores aparecerem nas denúncias como agressores faz com que nos alarmemos, visto que a intolerância religiosa permeia os diversos níveis do convívio social, perpassa pelo seio familiar, ambientes como a sala de aula e o trabalho.

O que queremos levantar, aqui, é o fato de que a escola atuar como um ambiente hostil e consumidor das desigualdades não pode mais ser concebido, ainda mais nas esferas públicas de ensino, onde deveriam prevalecer os princípios da laicidade, justiça e igualdade. Conforme Santos et al. (2016):

Esse último campo corrobora para se pensar também até que ponto a educação pública não tem falhado no que diz respeito à compreensão de que religiosidade também é uma forma de expressão cultural, cabendo profissionais de diversos campos, entre outros o da História e das Ciências Sociais, contribuírem com seus saberes na busca de alternativas para a minimização dos impactos das diferentes formas de intolerância na dignidade do ser humano (SANTOS et al., 2016, p. 30).

Até a Constituição de 1984, os cidadãos brasileiros só poderiam exercer livremente a sua fé se fosse cristã católica. Por intermédio da referida constituição, passaram a ser proibidas as perseguições de caráter religioso, o que, de certa forma, culminou para que isso ocorresse de forma velada.

Ainda nos dias atuais, lastimavelmente, no mundo todo existem conflitos violentos com motivação religiosa. Ao observar os dados disponíveis no relatório, verifica-se uma curva muito acentuada, na qual as crianças são apontadas como as principais vítimas da intolerância religiosa no Brasil. Tal fato merece atenção por parte dos governantes e de políticas públicas sérias, a fim de adotarem medidas práticas como a capacitação profissional e a formação adequada dos profissionais envolvidos, em especial os professores, para que estejam aptos a trabalhar com essa temática de maneira imparcial, sem enaltecer a sua própria religiosidade. O professor não pode expressar em sala de aula, a sua religiosidade, muito menos ter atitudes preconceituosas e discriminatórias. Ele está ali como pessoa chave na construção de uma educação para a paz, e deve valorizar todas as diversidades e pluralidades existentes.

Ainda, visamos à urgente necessidade de um Plano Nacional de Combate a Intolerância Religiosa, que seja amplamente difundido nas escolas pública e que possa contribuir de maneira significativa na erradicação da ignorância e suas conseqüentes ações violentas motivadas por racismo religioso.

Ao observar que a própria escola é reprodutora das segregações existentes e tendo os professores como agentes de discriminação, é uma situação extremamente delicada e exige um olhar crítico sobre esses casos. Não se pode conceber que o espaço destinado à formação de seres humanos, pensantes, críticos e, principalmente, mais humanos, permita que as crianças se tornem alvos de chacotas e discriminações, sejam elas motivadas por quaisquer fatores.

Observam-se, no topo das ocorrências, os indivíduos que se declararam adeptos de religiões de Matriz Africana. Neste viés, o Brasil, país que teve seu “pai europeu” enaltecido nos livros de história, como um país extremamente racista, ainda tem mais orgulho desse patriarcado do que de suas raízes indígenas e africanas. Sendo assim, a intolerância religiosa é um reflexo das imposições de grupos dominantes hegemônicos.

### 3.2 Análise cultural da violência sobre pessoas de religiões afro-brasileiras

Um segundo conjunto de dados constante do documento-base de nossa pesquisa sobre a intolerância religiosa no Brasil, entre 2011 e 2015, aborda os contextos históricos, nos quais se constituíram preconceitos religiosos e, conseqüentemente, instauraram-se as práticas segregacionistas contra os que não professavam a fé católica.

Esses dados qualitativos foram sistematizados no **Quadro 1** e analisados à luz da instituição da Umbanda no Brasil e da violência religiosa na atualidade.

**Quadro 1:** Etnografia Histórica das Práticas Religiosas Umbandistas no Brasil.

<b>Inventário Religioso e das Práticas de Culto na Formação Histórica Brasileira</b>	<b>Práticas de Culto Umbandistas no Brasil</b>	<b>Práticas de Formação Religiosa Umbandistas de Crianças</b>	<b>Práticas de Convivência religiosa na Sociedade e na Escola Brasileira</b>
<p><b>Período Colonial</b> - De 1500 a 1891, o Catolicismo era a religião oficial. - Em 1624, começam as inquisições holandesas. - Em 1636, foi construída a primeira sinagoga das Américas com o nome de Kahal Zur. (SANTOS et al., 2016, p. 102).</p> <p><b>Período Imperial</b> - 1824, surgimento do Império Brasileiro, que manteve a religião católica como religião</p>	<p>Sem sombra de dúvidas, desde a chegada dos Colonizadores Portugueses até os tempos mais recentes, aqui e acolá, existiam manifestações religiosas de caráter mediúnico. No meio Umbandista, encontram-se três principais vertentes quanto ao início da Religião. A primeira delas afirma que a religião veio da África; a segunda, nos</p>	<p>Assim como em outras religiões, é comum que os pais levem seus filhos para seus segmentos religiosos. Na Umbanda, existe uma infinidade de práticas ritualísticas que variam de templo para templo, e isso é um fato positivo, no qual os indivíduos podem desenvolver o sentimento de pertença e valorização de sua própria comunidade local, sem deixar de lado as tradições que</p>	<p>O Estado é laico. É sob essa premissa que devem estar ancoradas as aulas ministradas de Ensino Religioso. A sociedade, em geral, deve estar atenta para que as aulas de ensino religioso não sejam meios para comprazer grupos políticos ou religiosos. De acordo com a BNCC (2017), o Ensino Religioso deve adotar a pesquisa e o diálogo como mediadores, a fim de</p>

<b>Inventário Religioso e das Práticas de Culto na Formação Histórica Brasileira</b>	<b>Práticas de Culto Umbandistas no Brasil</b>	<b>Práticas de Formação Religiosa Umbandistas de Crianças</b>	<b>Práticas de Convivência religiosa na Sociedade e na Escola Brasileira</b>
<p>oficial do Império. As outras manifestações religiosas só poderiam acontecer na forma de cultos domésticos. (SANTOS et al., 2016, p. 104)</p> <p><b>Período Republicano</b></p> <p>- Em 1891, com a implantação da primeira Constituição Republicana, ocorre a separação entre Igreja e Estado, estabelecendo a liberdade religiosa. (SANTOS et al., 2016, p. 106).</p>	<p>remete a lendária Atlântida; e a terceira, à qual defendemos, é que sua origem é brasileira, por meio da manifestação mediúmica do Caboclo das Sete Encruzilhadas, pela mediunidade de Zélio Fernandino de Moraes, na cidade de Niterói- RJ, em 15 de novembro de 1908. Com ritualística própria, visando agregar àqueles que eram excluídos (espíritos de negros e índios), julgados espíritos atrasados, surge o anúncio da Umbanda.</p> <p>De acordo com as diretrizes de culto deixadas pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas, o culto seguiria algumas normas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- crença em um único Deus, tendo como dirigente Cristo-Jesus;</li> <li>- todo atendimento espiritual é gratuito;</li> <li>- a natureza representa os sítios e forças sagradas que são provindas dos Orixás;</li> <li>- o respeito ao livre arbítrio;</li> <li>- os atendimentos visam ao esclarecimento e ao aconselhamento para a melhora espiritual e moral dos indivíduos;</li> <li>- não se realiza a sacralização animal;</li> <li>- em hipótese alguma, poderão ser realizados trabalhos de ordem negativa ou que possam</li> </ul>	<p>fortalecem a religião. Em nosso Templo, temos o compromisso de assumir o papel sociocultural, da religião, onde sagrado e profano se concretizam nas práticas de cuidado uns com os outros, no acolhimento de todos os indivíduos, sem distinção de classe social, etnia, opção sexual, etc., com valores de igualdade perante todos os seres; Visando sempre à promoção de atividades voltadas para o conhecimento de nossa história e uma formação humano-cristã, por meio do respeito às diferenças; Buscando resgatar as memórias em seus aspectos positivos, para que as crianças, em especial, se sintam aptas a conviver em sociedade e com toda pluralidade existente.</p>	<p>emergir questões sociais preconceituosas, tendo como intuito o combate às intolerâncias e as ações discriminatórias. A BNCC prevê que a interculturalidade e a ética da alteridade estejam intrínsecas nos fundamentos teóricos e pedagógicos do Ensino Religioso. “Trata-se de um espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes, que visam ao acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz” (BNCC, 2017, p. 437).</p>

Inventário Religioso e das Práticas de Culto na Formação Histórica Brasileira	Práticas de Culto Umbandistas no Brasil	Práticas de Formação Religiosa Umbandistas de Crianças	Práticas de Convivência religiosa na Sociedade e na Escola Brasileira
	trazer malefícios a quem quer que seja; - a Umbanda é a manifestação do espírito para a prática da caridade.		

A partir dessa sistematização de dados qualitativos, compreende-se que desde a chegada dos Portugueses em território nacional existiu uma tentativa forçada de aculturação, que encontrou muita resistência. Esse fato culminou em várias tentativas feitas por indígenas e africanos de conciliar os princípios de suas culturas e consequentemente de suas tradições religiosas com a doutrina religiosa e a cultura cristã católica. Por meio dos intentos de preservação das práticas culturais e religiosas, surgiram, em solo brasileiro, várias religiões sincréticas, únicas no mundo todo, sendo que algumas delas existem até os dias atuais.

As violências sofridas pelos integrantes das religiões afro-brasileiras têm seu reflexo na valorização da cultura europeia e nos séculos de história escravocrata, aliadas a teorias pseudocientíficas e visões pré-concebidas, mal fundamentadas, embasadas nos modelos estéticos europeus, fomentando, assim, muitas atitudes intolerantes. Santos et al. (2016) destacam:

Como atitude autoritária ligada ao pré-conceito étnico-racial, a intolerância coíbe indivíduos ou grupo humano, específico, em relação a outros indivíduos ou grupos considerados culturalmente como inferiores, manifestada sob as formas de racismo, machismo, homofobia, elitismo, xenofobia, intolerância política e intolerância religiosa. A intolerância solapada sobre os que dizem defensores dos “bons costumes” e do bom gosto, traz em si a desconsideração e menosprezo. A intolerância pode desdobrar-se em violência física quando determinado indivíduo ou grupo não consegue impor as suas “razões” pelo convencimento discursivo e outros meios não-violentos (SANTOS et al., 2016, p. 64).

A falta de conhecimento sobre as religiões de matriz africana, associada ao fato de o negro após a abolição da escravatura ter sido colocado às margens da sociedade, aliada ao fato de que eles não tinham acesso à escolarização e nem conseguiam empregos remunerados, contribuiu muito para a face racista de nosso país.

Grupos de pessoas pertencentes às religiões de matriz africana eram perseguidos e acusados dos mais diversos delitos, até mesmo de exercício ilegal da medicina, visto que muitos terreiros funcionavam como verdadeiros hospitais, da carne e da alma, devido ao

conhecimento e manipulação de ervas medicinais, e por atenderem todo o tipo de pessoas, em especial aquelas que não poderiam pagar por um atendimento.

Muitos grupos são motivados pela ideia de que sua crença é a verdade absoluta e aqueles que não compactuam da mesma crença são vistos como pessoas que podem e devem ser convertidas ou excluídas de sua convivência. Infelizmente o movimento denominado Neopentecostalismo, também contribui para disseminação de conteúdos preconceituosos, por meio de programas televisivos, rádios, jornais e todo tipo de mídia, que frequentemente desabonam e propagam discursos intolerantes contra as religiões de matriz africana.

### **3.3 Análise histórica das práticas religiosas e umbandistas no Brasil**

As expressões religiosas sempre fizeram parte de nossa sociedade, estiveram na origem de nossa formação cultural durante a formação histórica brasileira na época do Brasil Colônia, uma vez que compunha a estratégia de dominação dos povos indígenas e, posteriormente, dos povos africanos, que aqui chegaram.

Por isso mesmo, nem sempre houve no Brasil o direito ao livre exercício de crença, atingindo toda e qualquer expressão religiosa que não fosse a católica, como a dos judeus, dos cristãos-novos, dos protestantes, proibindo-se a construção de outros templos religiosos até a Proclamação da República, em 1889, e, conseqüentemente, em 1891, determinando o fim do regime de padroado.

Durante o Período Colonial, entre 1500 e 1891, a religião oficial do país era o Catolicismo. Em 1624, começaram as incursões holandesas em vários pontos do Brasil, essas, por sua vez, não foram muito bem sucedidas. Para que se firmassem a aliança entre holandeses e luso-brasileiros, era indispensável à liberdade de culto. Vainfas (2014) destaque que:

Nesse particular, [o conde Mauricio de Nassau] foi muito cobrado pelo Sínodo calvinista que se estabeleceu no Recife, em 1636, ao permitir que a congregação *Kahal KadoshZur Israel*, filiada à Talmud Torá de Amsterdã, mantivesse culto público no Recife e os católicos fizessem suas procissões às claras, o que era impensável na Holanda (VAINFAS, 2014, p. 246).

Com o surgimento do Império Brasileiro, em 1822, por meio da primeira Constituição Federal em 1824, outras manifestações religiosas só poderiam acontecer na forma de cultos domésticos, o que não representou mudanças significativas quanto à religião oficial do país, que continuava sendo a religião católica (SANTOS et al., 2016, p. 104).

Somente em 1891, com a implantação da primeira Constituição Republicana, ocorre a separação entre Igreja e Estado, estabelecendo, assim, a liberdade religiosa (SANTOS et al.,

2016, p. 106). Vale ressaltar que este fato foi de suma importância para a nação, mas não rompeu com as perseguições que outros cultos sofriam.

Sobre as práticas de culto Umbandista no Brasil, podemos afirmar que desde a chegada dos colonizadores portugueses até os tempos mais recentes, aqui e acolá, existiam manifestações religiosas de caráter mediúnico. No meio Umbandista, encontram-se três principais vertentes quanto ao início da sua prática religiosa no Brasil.

A primeira delas afirma que a religião veio da África; a segunda, nos remete a lendária Atlântida; e a terceira (a qual defendemos), é que sua origem é brasileira, por meio da manifestação mediúnica do Caboclo das Sete Encruzilhadas, pela mediunidade de Zélio Fernandino de Moraes, na cidade de Niterói-RJ, em 15 de novembro de 1908.

Com ritualística própria, visando agregar àqueles que eram excluídos, espíritos de negros e índios, julgados espíritos atrasados, surge o anúncio da Umbanda. De acordo com as diretrizes de culto, deixadas pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas, o culto segue algumas normas:

- a. crença em um único Deus, tendo como dirigente Cristo-Jesus;
- b. todo atendimento espiritual é gratuito;
- c. a natureza representa os sítios e forças sagradas que são provindas dos Orixás;
- d. o respeito ao livre-arbítrio;
- e. os atendimentos visam ao esclarecimento e ao aconselhamento para a melhora espiritual e moral dos indivíduos;
- f. não se realiza a sacralização animal;
- g. em hipótese alguma, poderão ser realizados trabalhos de ordem negativa ou que possam trazer malefícios a quem quer que seja;
- h. a Umbanda é a manifestação do espírito para a prática da caridade.

Ressaltamos que acreditamos no princípio do respeito ao sagrado do outro, e sendo assim, compreendemos os irmãos Candomblecistas que vivenciam sua religiosidade embasada em seus fundamentos e sua cultura. Apenas nos ancoramos na premissa de que a Umbanda possui sua própria ritualística e seus fundamentos.

Almejamos que a sociedade, em geral, reconheça que a Umbanda, como uma religião que tem como base os ensinamentos de Cristo Jesus, não poderia contradizê-los, pregando algo diferente do amor, da caridade e do respeito ao livre-arbítrio.

Quanto à formação religiosa das crianças Umbandistas, sabe-se que, assim como em outras religiões, é comum e saudável que os pais levem seus filhos para seus segmentos

religiosos, lhes proporcionado uma vivência espiritual de acordo com suas próprias convicções.

Na Umbanda, existe uma infinidade de práticas ritualísticas que variam de templo para templo, e isso é um fato positivo, no qual os indivíduos podem desenvolver o sentimento de pertença e valorização de sua própria comunidade local, sem deixar de lado as tradições que fortalecem a religião.

Em nosso Templo, temos o compromisso de assumir o papel sociocultural da religião, em que o sagrado e o profano se concretizam nas práticas de cuidado uns com os outros, no acolhimento de todos os indivíduos, sem distinção de classe social, etnia, opção sexual, etc., orientados pelos valores de igualdade perante todos os seres.

Visando sempre à promoção de atividades voltadas para o conhecimento de nossa história e uma formação humano-cristã, por meio do respeito às diferenças, busca-se resgatar as memórias em seus aspectos positivos, para que as crianças, em especial, sintam-se aptas a conviver em sociedade e com toda pluralidade existente.

Para que os indivíduos sejam capazes de relacionar-se com as diferenças existentes em sociedade e na escola, deve-se pressupor que esses indivíduos tenham desenvolvido valores morais, uma vez que o Estado é laico. Sob essa premissa, é que devem estar ancoradas as aulas ministradas de Ensino Religioso na Educação Básica, pois a sociedade, em geral, deve estar atenta para que essas aulas não sejam meios para comprazer grupos políticos ou religiosos.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), o Ensino Religioso deve adotar a pesquisa e o diálogo como mediadores, em especial para problematizar questões sociais preconceituosas, com o intuito de combater intolerâncias e ações discriminatórias.

A partir desse princípio, é que a BNCC prevê que a interculturalidade e a ética da alteridade estejam intrínsecas nos fundamentos teóricos e pedagógicos do Ensino Religioso, pois a escola é “um espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes, que visam ao acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz” (BNCC, 2017, p. 437).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise sobre a interpretação da cultura religiosa na escola, a partir da teoria histórico-antropológica aqui proposta, possibilitou analisar indivíduos no decorrer de um

estudo que reconhecesse as diversidades existentes e as relações que permeiam a história de sujeitos. Tendo como base para essas análises a ideia de se compreender as atitudes violentas e discriminatórias dentro do ambiente escolar, faz-se necessário relacionar essas ações com um contexto mais amplo.

Os estudos multiculturais sobre a religião inserem-se de forma privilegiada na escola a partir dos estudos sobre a alteridade, principalmente como campo de pesquisa sobre a compreensão da cultura humana, em suas diferentes épocas, mas, sobretudo, na contemporaneidade, unindo, interdisciplinarmente, a antropologia social, a história e a educação.

Em síntese, a antropologia é uma prática de educação, bem como a educação só é possível como prática antropológica a partir de uma história sobre a transmissão de conhecimentos em uma determinada sociedade. Ressalta-se que a antropologia, além de fornecer uma explicação sobre as representações da alteridade e/ou sobre as práticas do “outro”, é uma forma de produção de sentidos a partir das experiências vividas cotidianamente, essas compreendendo o conjunto de referências/significantes culturais historicamente construídos de um povo.

Portanto, a sua vocação é multidisciplinar e, assim, objetiva compreender homens e mulheres em sua totalidade, sendo sua especificidade uma antropologia das práticas, uma etnografia, material e simbólica, do campo social – apreensão dos significados que as pessoas atribuem às suas próprias ações.<sup>4</sup>

Se a interpretação antropológica está construindo uma leitura do que acontece, então divorciá-la do que acontece – do que nessa ocasião ou naquele lugar, pessoas específicas dizem, o que elas fazem, o que é feito a elas, a partir de todo o vasto negócio do mundo- é divorciá-la de todas as suas aplicações e torna-la vazia. Uma boa interpretação de qualquer coisa – um poema, uma pessoa, uma estória, um ritual, uma instituição, uma sociedade – leva-nos ao cerne do que propomos interpretar (GEERTZ, 1989, p. 13).

Portanto, mediante os princípios da antropológica cultural e/ou da interpretação da cultura religiosa na escola, fundamentamos nossa abordagem semiótica, com o objetivo de apreender, por meio dos registros orais, visuais, bibliográficos e documentais, as características das práticas escolares de convivência da diversidade religiosa na escola.

---

<sup>4</sup>Gilmar Rocha e Sandra Pereira Tosta. *Antropologia & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 17-8; Menga Lüdke e Marli André. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986, p. 12.

A teoria sociocultural, que embasa nossa metodologia de pesquisa qualitativa em educação de cunho etnográfico, possibilita interpretar as diferentes culturas escolares, de professores e alunos, e acessar o mundo conceptual que orienta os sentidos das ações – as intenções práticas mais abrangentes que dialogam com os mais diversos sujeitos sobre a diversidade cultural religiosa na escola (GEERTZ, 1989, p. 17).

Por tudo o que foi mencionado até dado momento, pode-se perceber que as questões ligadas às diversidades estão intrínsecas na escola e que este ambiente é essencial para a manutenção das segregações existentes ou como precursor de uma educação pacifista e mais igualitária. A escola, ao fazer o seu papel de auxiliar os indivíduos em sua formação para o exercício de sua cidadania, permite que cada um assuma e valorize sua identidade como ser social, histórico, cultural e religioso, dotado de vivências e saberes valiosos.

Reconhecemos a intolerância religiosa, na atualidade, como um dos maiores desafios políticos e sociais. Em um país miscigenado étnica e culturalmente, concluímos que o multiculturalismo crítico deve estar nas salas de aula e, em especial, nas cadeiras das universidades, as quais preparam o corpo docente para o ensino. Dessa maneira, a escola poderá proporcionar uma aprendizagem significativa, rompendo com os padrões dominantes das classes consideradas superiores.

Aqueles que estão à frente da Educação Brasileira, seja na rede pública (em especial) ou privada, devem manter uma postura crítica e reflexiva diante das demandas sociais, políticas e culturais, dando voz aos excluídos, capacitando-os para que tenham coragem de lutar por seus direitos. Educar para a paz, ainda não é uma realidade, mas é um anseio.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base&gt>. Acesso em: 8 dez. 2020.

BRITTO, Clovis Carvalho; AGUIAR, Fernando José; AGUIAR, Janaina Couvo Teixeira Maiade. Encruzilhadas museológicas: ressonâncias da presença/ausência de Exu no Museu Afro-Brasileiro de Sergipe. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 27, p. 1-29, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672019v27e20>. Acesso em: 28 out. 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

JARDIM, Tatiana. **Umbanda: história, cultura e resistência**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/tccs/tcc-tatiana-jardim-1#:~:text=Ela%20C3%A9%20rode%2D%20ada%20de,contra%20a%20domina%20C3%A7%20C3%A3o%20de%20classe>. Acesso em: 10 out. 2020.

SANTOS, Babalawô Ivanir dos; NASCIMENTO, Maria das Graças O.; CAVALCANTI, Juliana B.; GINO, Mariana; ALMEIDA, Vitor. **Intolerância religiosa no Brasil: relatório e balanço**. Rio de Janeiro: CEAP, 2016.

SILVA, Eliane Moura. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. **Revista de Estudos da Religião**, n. 2, p. 1-14, 2004. Disponível em: [https://www.pucsp.br/rever/rv2\\_2004/p\\_silva.pdf](https://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf). Acesso em: 18 maio 2020.

SPERONI, Aline. **Religiões afro-gaúchas no ensino de história: batuque, umbanda e linha cruzada**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de pós-graduação em História, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/3842/Dissertacao%20Aline%20Speroni.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 out. 2020.

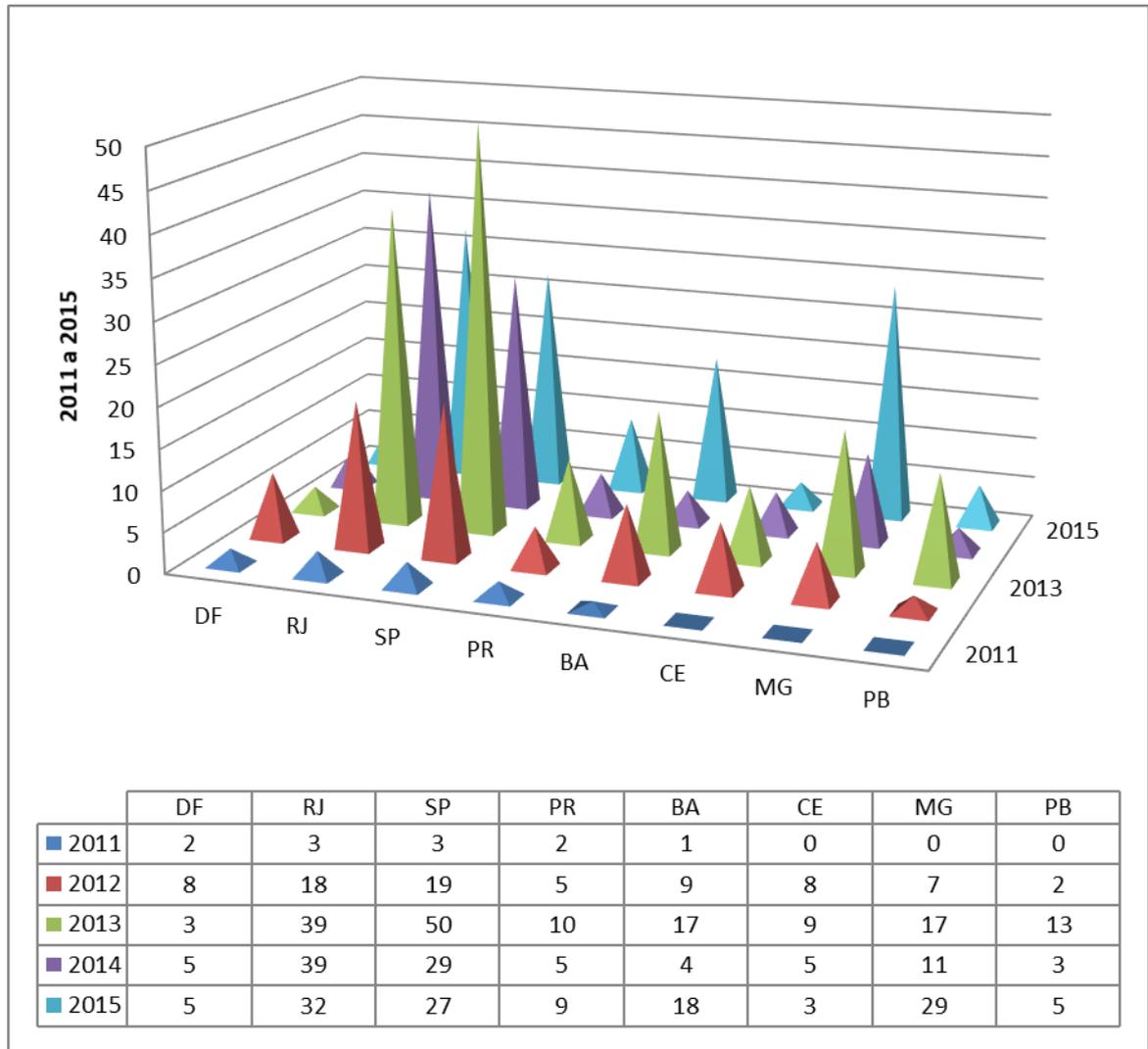
STAFFEN, Luciane Wayss. **A abordagem da diversidade no discurso do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e o acolhimento das diferentes religiões na escola de Educação Infantil pública brasileira**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-31052007-120040/publico/DissertacaoLucianeWayssStaffen.pdf>. Acesso em: 18 maio 2020.

SUSIN, Luiz Carlos. Religiosidade e educação popular em contextos interculturais. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 9-16, nov. 2016. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/562/520>. Acesso em: 4 out. 2020.

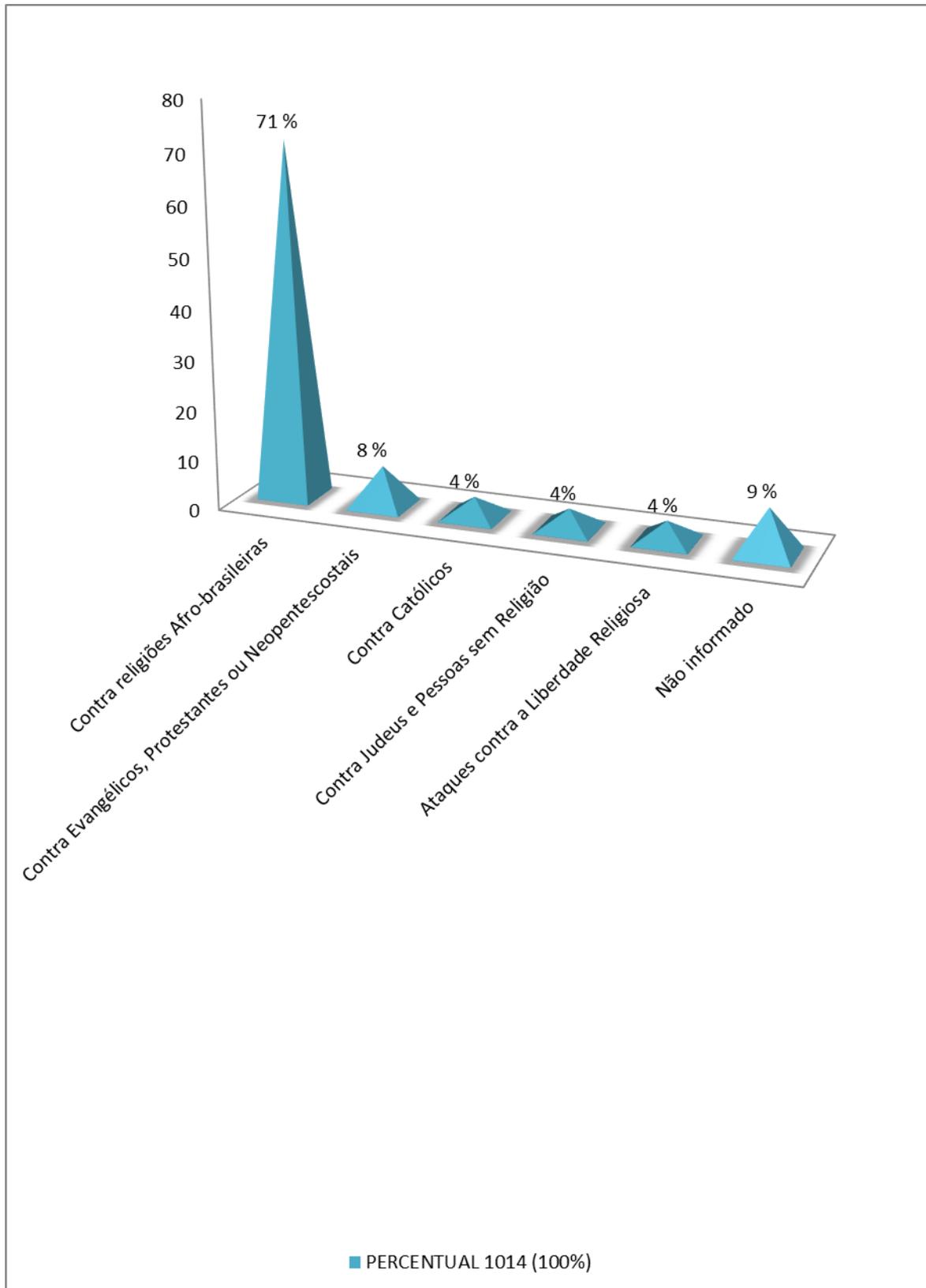
VAINFAS, Ronaldo. Tempo dos flamengos: a experiência colonial holandesa. *In*: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial: 1580-1720**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. cap. 4, v. 2, p. 227-265.

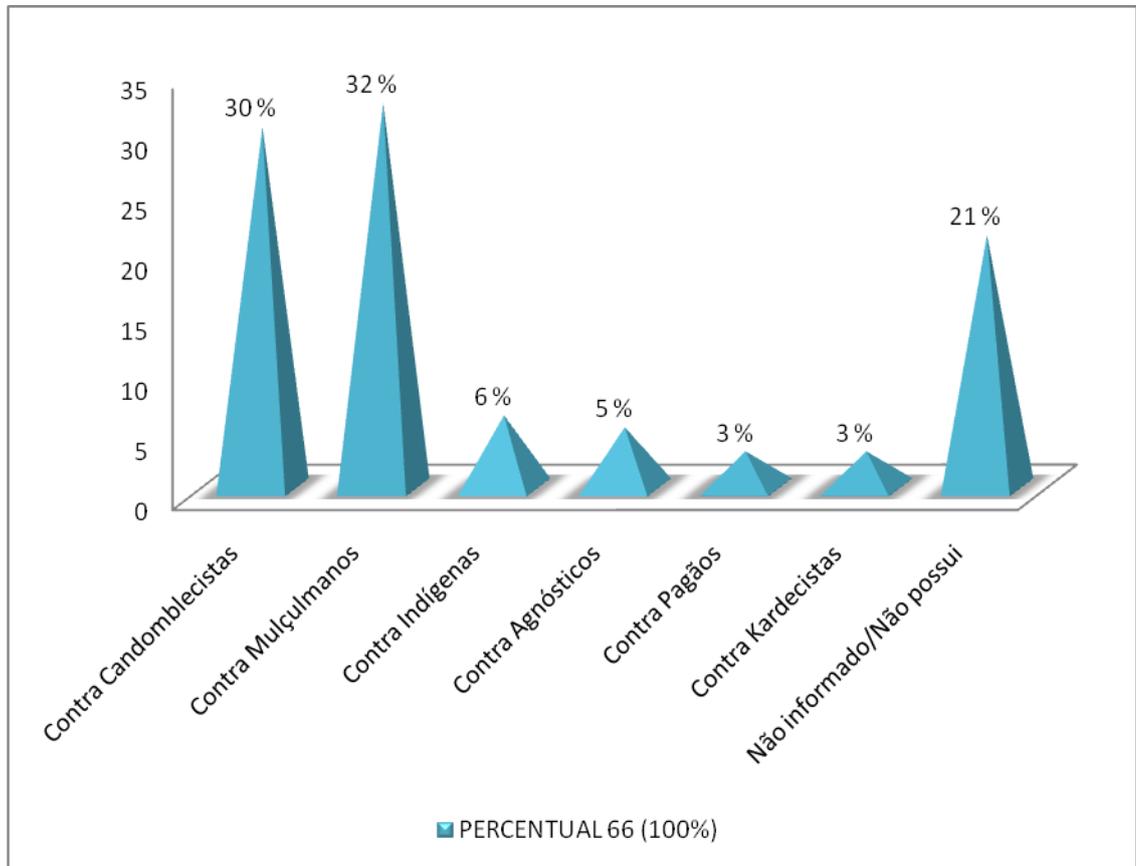
**ANEXOS: GRÁFICOS ELABORADOS A PARTIR DOS DADOS QUANTITATIVOS, APRESENTADOS NO RELATÓRIO SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL**

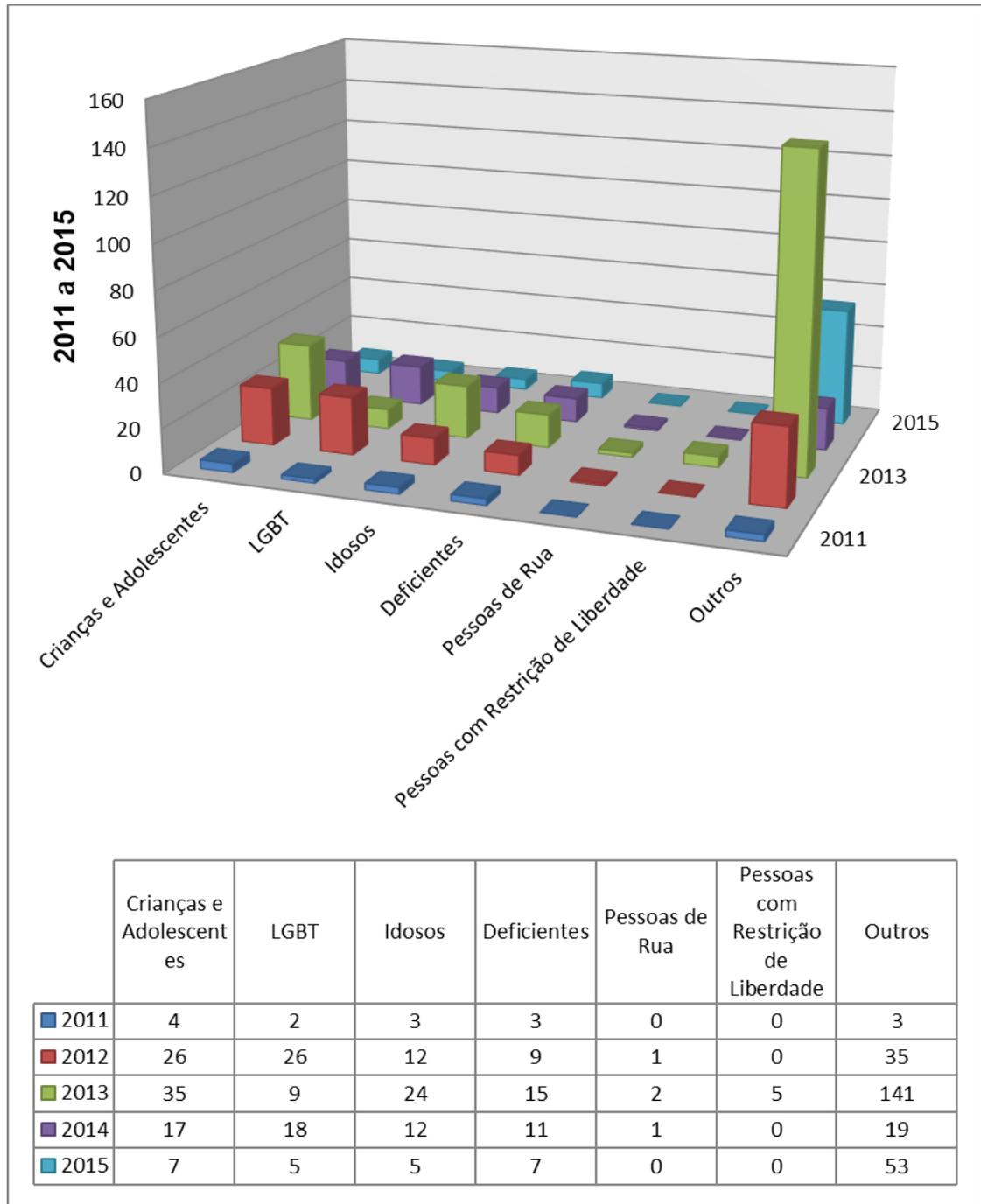
**Gráfico 1:** Atendimento na Federação com mais de dez ocorrências, no período de 2011 a 2015, no Brasil.

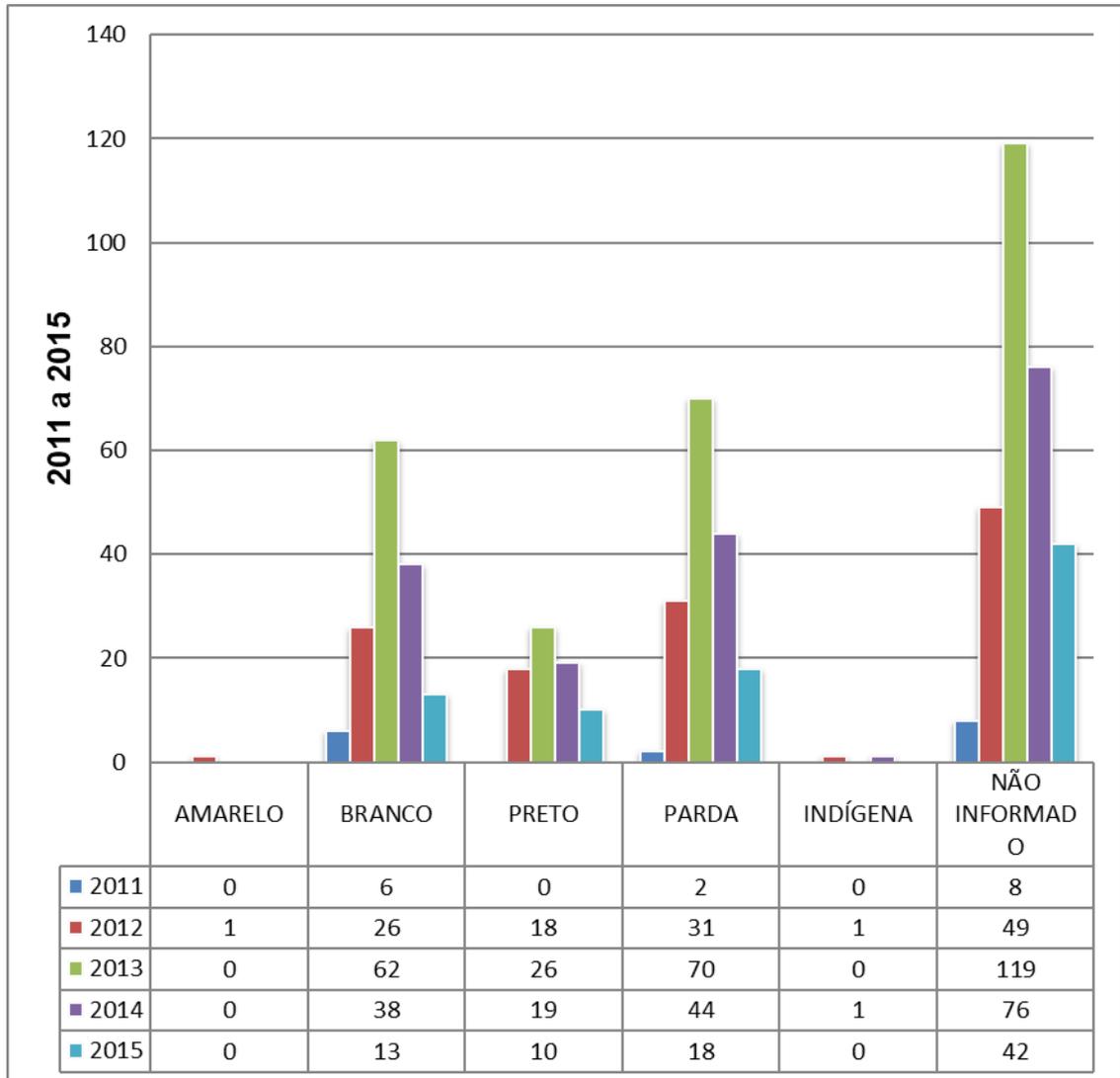


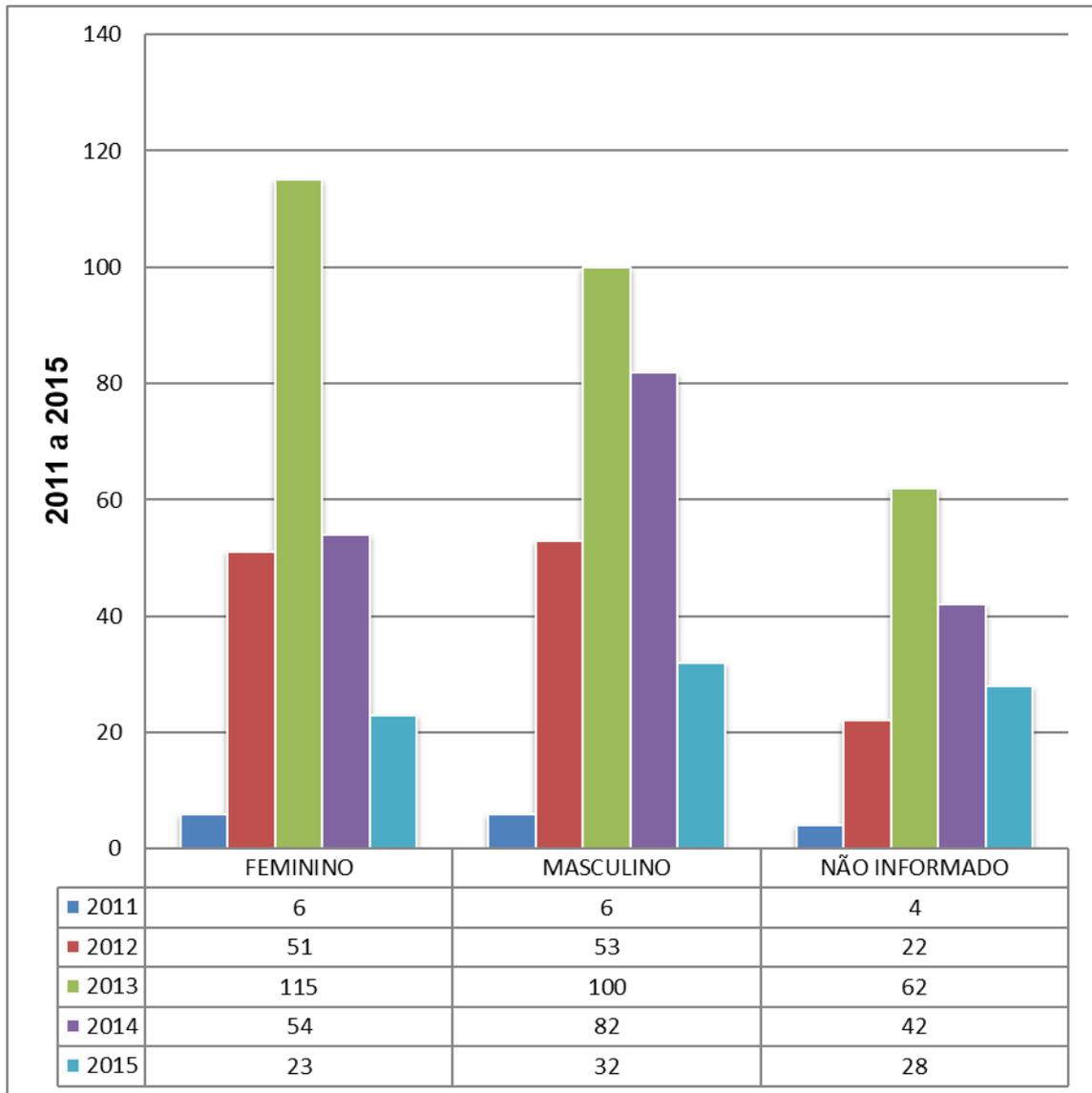
**Gráfico 2:** Distribuição percentual do tipo de atendimentos prestados pela CEPLIR, entre o período de abril de 2012 a agosto de 2015 e de setembro a dezembro de 2015, estado do Rio de Janeiro, Brasil.

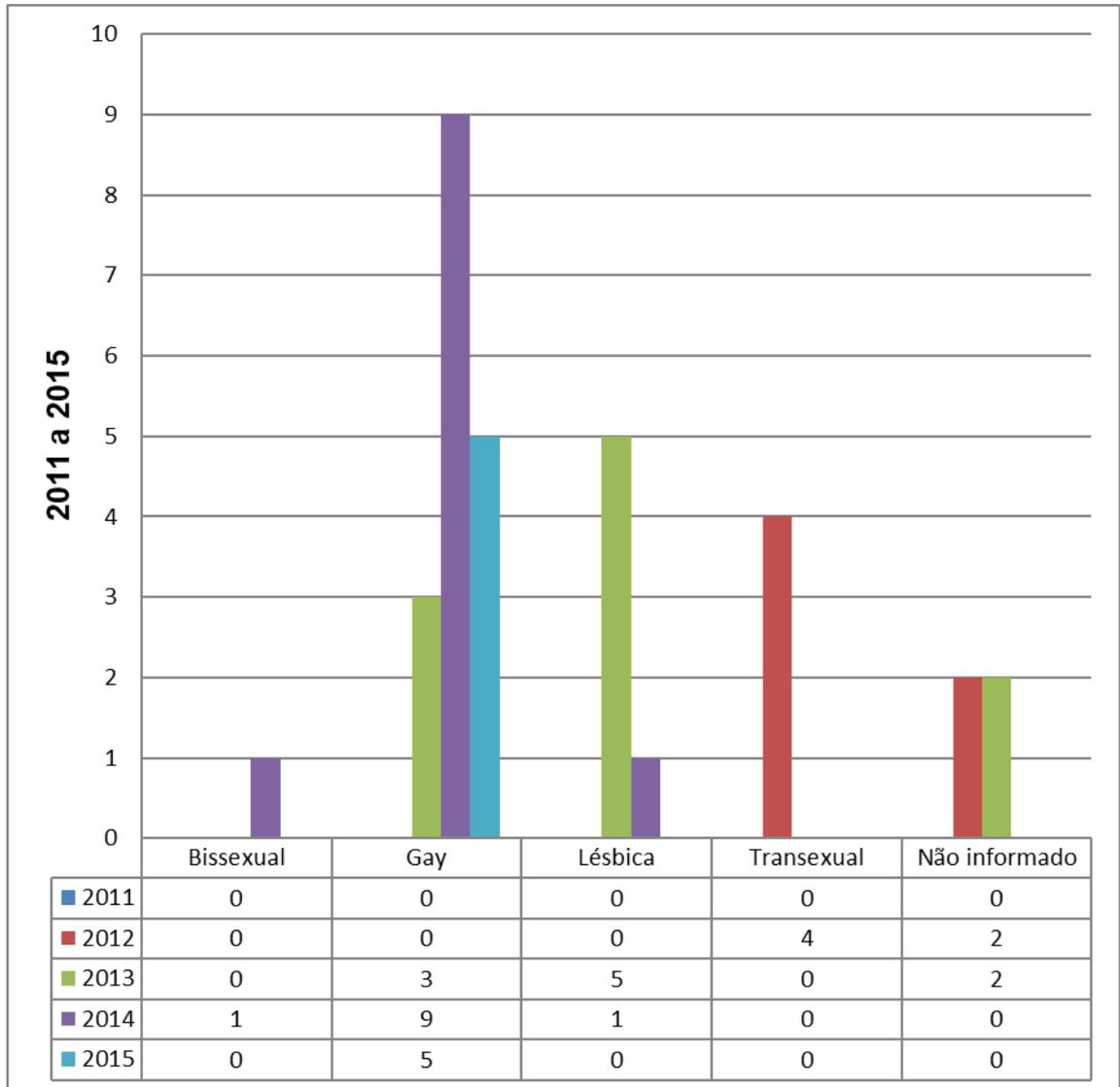


**Gráfico 3:** Vítimas por etnia e religião.

**Gráfico 4:** Vítimas Por Grupo SocioEtários (GSE), de 2011 a 2015, no Brasil.

**Gráfico 5:** Vítimas por Raça/Cor, de 2011 a 2015, no Brasil.

**Gráfico 6:** Vítimas por Sexo, de 2011 a 2015, no Brasil.

**Gráfico 7:** Vítimas por Orientação Sexual, de 2011 a 2015, no Brasil.

**Gráfico 8:** Principais Tipos de Suspeitos/Agressores, de 2011 a 2015, no Brasil.